

Concessionária do  
Sistema  
Rodoviário Rio-São  
Paulo S.A.

(Companhia aberta)

**Revisão de informações trimestrais –  
ITR referentes ao trimestre findo em 31  
de março de 2026.**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 – Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 – São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da  
**Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.**  
Santa Isabel - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

  
Fabian Junqueira Sousa  
Contador CRC 1SP235639/O-0

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidade)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.034.122.500
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.034.122.500</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
1	Ativo Total	8.856.000	8.593.000
1.01	Ativo Circulante	2.069.000	2.160.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	715.000	590.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.054.000	1.301.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.054.000	1.301.000
1.01.03	Contas a Receber	135.000	130.000
1.01.03.01	Clientes	135.000	130.000
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	135.000	130.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.000	73.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	75.000	66.000
1.01.08.03	Outros	75.000	66.000
1.01.08.03.02	Despesas antecipadas e outros créditos	75.000	66.000
1.02	Ativo Não Circulante	6.787.000	6.433.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.000	35.000
1.02.01.04	Contas a Receber	23.000	22.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber das Operações	23.000	22.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.000	13.000
1.02.01.10.03	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	13.000	13.000
1.02.03	Imobilizado	672.000	632.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	401.000	355.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	271.000	277.000
1.02.04	Intangível	6.079.000	5.766.000
1.02.04.01	Intangíveis	6.079.000	5.766.000
1.02.04.01.02	Intangível	3.802.000	3.766.000
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	2.276.000	1.999.000
1.02.04.01.04	Direito de uso em arrendamento	1.000	1.000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
2	Passivo Total	8.856.000	8.593.000
2.01	Passivo Circulante	314.000	274.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.000	22.000
2.01.02	Fornecedores	128.000	171.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	128.000	171.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.000	34.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.000	21.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.000	-1.000
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	22.000	22.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.000	13.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	81.000	14.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.000	3.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.000	3.000
2.01.04.02	Debêntures	78.000	11.000
2.01.05	Outras Obrigações	41.000	33.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.000	26.000
2.01.05.02	Outros	18.000	7.000
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	3.000	3.000
2.01.05.02.05	Passivo de contrato	1.000	1.000
2.01.05.02.08	Outras obrigações	14.000	3.000
2.01.06	Provisões	1.000	0
2.01.06.02	Outras Provisões	1.000	0
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	1.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.638.000	4.546.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.446.000	4.379.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	367.000	363.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	367.000	363.000
2.02.01.02	Debêntures	4.079.000	4.016.000
2.02.02	Outras Obrigações	42.000	42.000
2.02.02.02	Outros	42.000	42.000
2.02.02.02.04	Passivo de contrato	19.000	19.000
2.02.02.02.05	Fornecedores	22.000	22.000
2.02.02.02.06	Passivo de arrendamento	1.000	1.000
2.02.03	Tributos Diferidos	134.000	111.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	134.000	111.000
2.02.04	Provisões	16.000	14.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.000	5.000
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	6.000	5.000
2.02.04.02	Outras Provisões	10.000	9.000
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	10.000	9.000
2.03	Patrimônio Líquido	3.904.000	3.773.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.411.000	2.411.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.000	1.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.361.000	1.361.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.361.000	1.361.000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2026</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2025</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	131.000	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	568.000	594.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-327.000	-363.000
3.02.01	Custo de construção	-230.000	-278.000
3.02.02	Serviços	-18.000	-19.000
3.02.03	Provisão de manutenção	-2.000	-1.000
3.02.04	Depreciação e amortização	-30.000	-24.000
3.02.05	Custo com pessoal	-19.000	-20.000
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-8.000	-5.000
3.02.08	Outros	-20.000	-16.000
3.03	Resultado Bruto	241.000	231.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.000	-42.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.000	-42.000
3.04.02.01	Serviços	-7.000	-8.000
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-13.000	-1.000
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-9.000	-11.000
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-2.000	-1.000
3.04.02.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.000	0
3.04.02.10	Aluguéis de imóveis, condomínios e outros	-1.000	-2.000
3.04.02.16	Outras despesas (receitas) operacionais	-15.000	-19.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	193.000	189.000
3.06	Resultado Financeiro	5.000	2.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	198.000	191.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.000	-65.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	131.000	126.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	131.000	126.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0644	0,06194
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0644	0,06194

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	131.000	126.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	131.000	126.000

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	250.000	103.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	222.000	193.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	131.000	126.000
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.000	20.000
6.01.01.03	Depreciação e amortização	43.000	25.000
6.01.01.04	Juros e variações monetárias sobre debêntures	142.000	94.000
6.01.01.05	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis e trabalhistas	2.000	1.000
6.01.01.08	Depreciação – Direito de uso em arrendamento	0	1.000
6.01.01.09	Rendimento de aplicação financeira	-37.000	-7.000
6.01.01.12	Constituição da provisão de manutenção	2.000	1.000
6.01.01.14	Capitalização de custo de empréstimos	-84.000	-68.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.000	-90.000
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-6.000	-12.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-17.000	-5.000
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	0	1.000
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outros créditos	-9.000	-10.000
6.01.02.06	Fornecedores	46.000	-64.000
6.01.02.07	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-3.000	-16.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recolher	41.000	41.000
6.01.02.09	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-30.000	-26.000
6.01.02.11	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.000	-1.000
6.01.02.12	Obrigações sociais e trabalhistas	-4.000	-5.000
6.01.02.14	Outras obrigações	11.000	7.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-117.000	-256.000
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-12.000	-26.000
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-389.000	-301.000
6.02.03	Outros de ativo imobilizado e intangível	0	10.000
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	342.000	76.000
6.02.05	Resgates / aplicações (conta reserva)	-58.000	-15.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.000	-1.000
6.03.02	Arrendamento - Pagamento de principal	0	-1.000
6.03.03	Debêntures - Pagamento de juros	-8.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	125.000	-154.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	590.000	778.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	715.000	624.000

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.411.000	1.000	1.361.000	0	0	3.773.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.411.000	1.000	1.361.000	0	0	3.773.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.000	0	131.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.000	0	131.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.411.000	1.000	1.361.000	131.000	0	3.904.000

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.186.000	1.000	992.000	0	0	3.179.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.186.000	1.000	992.000	0	0	3.179.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	126.000	0	126.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	126.000	0	126.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.186.000	1.000	992.000	126.000	0	3.305.000

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025</b>
7.01	Receitas	601.000	624.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	601.000	624.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-298.000	-345.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-41.000	-38.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.000	-28.000
7.02.04	Outros	-232.000	-279.000
7.02.04.01	Custos de Construção	-230.000	-278.000
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-2.000	-1.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	303.000	279.000
7.04	Retenções	-43.000	-25.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.000	-25.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	260.000	254.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.000	28.000
7.06.02	Receitas Financeiras	63.000	28.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	323.000	282.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	323.000	282.000
7.08.01	Pessoal	22.000	25.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.000	15.000
7.08.01.02	Benefícios	8.000	8.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.000	2.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	107.000	101.000
7.08.02.01	Federais	86.000	83.000
7.08.02.02	Estaduais	1.000	0
7.08.02.03	Municipais	20.000	18.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.000	30.000
7.08.03.01	Juros	58.000	26.000
7.08.03.02	Aluguéis	5.000	4.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	131.000	126.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	131.000	126.000

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL RIOSP

#### Janeiro a março/2026

A CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO – SÃO PAULO S.A (“CCR RioSP” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva”), a qual detém, diretamente, 100% do capital social da Companhia.

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1º trimestre de 2025.

#### 1.1 Principais destaques

- A receita líquida operacional foi de R\$ 338 milhões (7,0%);
- O EBIT ajustado foi de R\$ 193 milhões (2,1%) e a margem EBIT ajustada foi de 57,1% (-2,7 p.p);
- O EBITDA ajustado foi de R\$ 238 milhões (10,7%) e a margem EBITDA ajustada foi de 70,4% (2,4 p.p.);
- O lucro líquido foi de R\$ 131 milhões (4,0%).

\*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, receita acessória e deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Tráfego consolidado (13,3%) - (Veq<sup>1</sup>)

A variação positiva de 13,3% no tráfego consolidado se deve principalmente a atração de tráfego referente a liberação do trecho da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), que engloba São Paulo, Guarulhos e Arujá e teve suas obras encerradas em novembro de 2025; dessa forma, elevou-se consequentemente o

## Comentário do Desempenho

fluxo de veículos leves e comerciais. Adicionalmente há melhorias operacionais e obras em trechos estratégicos da Via Dutra, que aumentaram a fluidez e incentivaram maior utilização da malha viária, como por exemplo as obras no trecho entre Jacareí e São José dos Campos.

O índice ABCR para veículos totais apresentou aumento em São Paulo, conforme apresentado nos itens abaixo.

### Veículos de passeio (19,1%) - (Veq<sup>1</sup>)

A categoria apresentou um aumento de 19,1% no 1ºT26 sobre o 1ºT25, influenciado pelo aquecimento do setor de turismo nacional, decorrente do período de férias escolares e a atração de tráfego referente a liberação do trecho da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), que engloba São Paulo, Guarulhos e Arujá e teve suas obras encerradas em novembro de 2025; dessa forma, elevou-se conseqüentemente o fluxo de veículos leves. Adicionalmente há melhorias operacionais e obras em trechos estratégicos da Via Dutra, que aumentaram a fluidez e incentivaram maior utilização da malha viária, como por exemplo as obras no trecho entre Jacareí e São José dos Campos.

O índice ABCR Brasil de veículos de passeio no 1ºT26 apresentou um aumento de 1,37%, sendo que em São Paulo teve aumento de 1,0% e no Rio de Janeiro redução de 1,0%.

### Veículos comerciais (9,2%) - (Veq<sup>1</sup>)

A categoria apresentou um aumento de 9,2% no 1ºT26 sobre o 1ºT25, devido ao período de safra agrícola que eleva a demanda do transporte com crescimento expressivo na movimentação de cargas e, o incentivo governamental via Programa Move Brasil: que ofereceu recursos (cerca de R\$ 10 bilhões) para financiamento facilitado na compra de caminhões novos e usados se tornando o principal fator de sustentação do mercado de caminhões no primeiro trimestre devido a fomentação para renovação de frotas e, conseqüentemente, o aumento do fluxo. Cita-se também a atração de tráfego referente a liberação do trecho da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), que engloba São Paulo, Guarulhos e Arujá e teve suas obras encerradas em novembro de 2025. Adicionalmente há melhorias operacionais e obras em trechos estratégicos da Via Dutra, que aumentaram a fluidez e incentivaram maior utilização da malha viária, como por exemplo as obras no trecho entre Jacareí e São José dos Campos.

O índice ABCR Brasil de veículos comerciais no 1ºT26 apresentou um aumento de 2,2%, sendo que em São Paulo teve aumento de 1,7% e no Rio de Janeiro 2,4%.

## Comentário do Desempenho

### 1.3 – Revisão e reajustes de tarifas de pedágio

Conforme decisão da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) nº 968, de 19 de agosto de 2025, a tarifa a ser praticada a partir de 01/09/2025 para a categoria 1 de veículos (carros de passeio) foi alterada de R\$ 4,40 para R\$ 4,50, nas praças de Arujá e Guararema (Norte e Sul); de R\$ 7,90 para R\$ 8,10 na praça de Jacareí (SP); de R\$ 16,40 para R\$ 16,90 na praça de Moreira César (SP); de R\$ 14,10 para R\$ 14,50, em Itatiaia (RJ).

Nos três pórticos do *free flow*, na BR-101, a tarifa passa de R\$ 4,70 para R\$ 4,80. Aos finais de semana e feriados (entre as 18h da sexta-feira/dia anterior ao feriado e as 6h da segunda-feira/dia subsequente ao feriado), o valor da tarifa permanece em R\$ 7,90.

O aumento ocorreu, devido à variação de 5,2% no índice inflacionário que corrige a tarifa (IPCA) e da aplicação dos fatores D (- 01,63919%), fator C (R\$ -0,02132) e fator A (0,00727%) sobre a Tarifa Básica de Pedágio.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.riosp.com.br/ri> e para aditivos contratuais e notas técnicas: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias/lista-de-concessoes/ccr-rio-sp>

Fator D: fator redutor, utilizado como mecanismo de aplicação do Desconto de Reequilíbrio, para casos de inexecuções de obras e serviços, conclusão de obras fora do prazo, descumprimento de parâmetros de desempenho e alterações de prazo de obras ou supressões autorizadas pelo Poder Concedente.

Fator C: fator redutor ou incrementador de eventos que gerem impactos diretamente na receita.

Fator A: fator incrementador da Tarifa Básica de Pedágio, utilizado como mecanismo de aplicação do Acréscimo de Reequilíbrio no caso de conclusão antecipada de obras e serviços da Frente de Ampliação de Capacidade e Melhorias.

## Comentário do Desempenho

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

**Receitas de Pedágio:** Aumento de 7,0% devido a melhora da economia no setor industrial, o que gerou um aumento do tráfego nas BR-101 e BR-116. Além de que o ganho reflete o reajuste tarifário, vide item 1.3.

**Receitas acessórias/Outras:** A exploração das receitas acessórias ou a utilização da faixa de domínio de trecho integrante do Sistema Rodoviário pela Concessionária são submetidas à autorização da agência reguladora, a ANTT. Em comparação com o 1ºT25 houve acréscimo de 33,3%, devido às receitas provenientes de infraestrutura como locação de espaços físicos e propagandas em espaço sob áreas em gestão da Motiva.

**Receita de construção:** No 1T26 os investimentos foram -17,3% menores em relação ao mesmo período do ano anterior, em consequência de postergação de obras devido a atraso na liberação de licenças ambientais pelo IBAMA, estas relacionadas às exigências legais e regulamentares para garantir a sustentabilidade ambiental e o cumprimento das normas vigentes.

#### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T26 (conforme demonstrado no quadro do item 1.1) apresentou um aumento de 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao reajuste tarifário e aumento do tráfego nas rodovias administradas pela concessionária.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de aproximadamente 5,5% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 33,0 milhões.

#### Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais foram de R\$ 370 milhões. Se considerarmos apenas os gastos operacionais (equipamentos, serviços de terceiros, gastos com pessoal, materiais e gastos gerais), foram despendidos o valor de R\$ 100 milhões, aumento de R\$ 1 milhão com relação ao semestre do ano anterior explicados a seguir.

## Comentário do Desempenho

**Custo de construção:** Os custos de construção aumentaram R\$ 230 milhões no 1T26. O valor é contrapartida da receita de construção, anulando-se entre si. O principal motivo que explica a variação, foi apresentado no item “Receita de Construção”.

**Depreciação e amortização:** O aumento de 72,0% se deve a entrega das obras do 4º ano de concessão, conforme previsto no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

**Materiais, equipamentos e veículos:** Refere-se às despesas com aquisição, manutenção e reposição de insumos, máquinas e frota operacional necessários para garantir a execução das atividades da concessionária. Isso inclui materiais utilizados em obras e serviços de manutenção das rodovias, equipamentos para suporte às operações e veículos destinados a inspeção, atendimento ao usuário e apoio logístico. Variações nessa linha geralmente estão ligadas ao volume de obras, à intensidade das manutenções preventivas e corretivas, bem como à renovação ou ampliação da frota e dos equipamentos para melhoria da eficiência operacional. Os gastos no 1T26 ficaram 60,0% acima ao 1ºT25.

**Serviços de terceiros:** Os gastos no 1T26 ficaram -7,4% abaixo do 1ºT25, principalmente devido postergações em pagamentos relacionados ao aumento do time de Conservação, Roçada e Hidrojateamento para atendimento de emergências ocorridas dentro do período.

**Gastos com pessoal:** Os custos foram impactados em função do adiamento das contratações de colaboradores, aliado a uma mudança estratégica na preferência pela contratação de mão de obra terceirizada, em substituição à contratação direta de empregados da Motiva.

**Outros custos e gastos gerais:** O aumento de 2,6% refere-se a despesas que não se enquadram diretamente nas categorias principais, mas são necessárias para a operação da concessionária. Normalmente inclui gastos administrativos, seguros, taxas, despesas com comunicação, energia, água e outros itens de apoio às atividades operacionais e corporativas. Essa linha pode variar conforme a demanda por serviços complementares, ajustes contratuais ou aumento de custos gerais de manutenção e suporte.

## EBITDA e EBIT

### Reconciliação do EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ MM)	1ºT26	1ºT25	Var.%
Lucro Líquido	131	126	4,0%
(+) IR/CS	67	65	3,1%
(+) Resultado Financeiro	(5)	(2)	150,0%
(+) Depreciação e Amortização	43	25	72,0%

**Comentário do Desempenho**

<b>EBITDA (a)</b>	<b>236</b>	<b>214</b>	<b>10,3%</b>
Margem EBITDA (a)	41,5%	36,0%	5,5p.p.
(+) Provisão de Manutenção (b)	2	1	100,0%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>238</b>	<b>215</b>	<b>10,7%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (c)</b>	<b>70,4%</b>	<b>68,0%</b>	<b>2,4p.p.</b>

## Reconciliação do EBIT

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>1ºT26</b>	<b>1ºT25</b>	<b>Var. %</b>
Lucro Líquido	131	126	4,0%
(+) IR/CS	67	65	3,1%
(+) Resultado Financeiro	(5)	(2)	150,0%
<b>EBIT (a)</b>	<b>193</b>	<b>189</b>	<b>2,1%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>34,0%</b>	<b>31,8%</b>	<b>-2,2p.p.</b>
<b>Margem EBIT ajustada (c)</b>	<b>57,1%</b>	<b>59,8%</b>	<b>-2,7p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Resolução CVM n.º 156/2022;

(b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras;

(c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

**Resultado Financeiro Líquido**

	<b>1ºT26</b>	<b>1ºT25</b>	<b>Var. %</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(58)</b>	<b>(26)</b>	<b>-123,1%</b>
Juros e variações monetárias	(75)	(43)	74,4%
Capitalização de custo dos empréstimos	84	68	23,5%
Outras despesas financeiras	(67)	(51)	31,4%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>63</b>	<b>28</b>	<b>125,0%</b>
Rendimento sobre aplicações	60	26	130,8%
Outras receitas financeiras	3	2	50,0%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>150,0%</b>

O resultado financeiro líquido no 1ºT26 ficou em R\$ 3 milhões acima do 1ºT25 devido aos seguintes fatores:

- I. **Outras despesas financeiras:** Houve uma redução de 31,4% em relação ao 1ºT25, devido às despesas com taxas e comissões estar abaixo no 1ºT26;
- II. **Rendimentos sobre aplicações:** Houve aumento de 130,8% em relação ao 1ºT25, em decorrência a rendimentos sobre aplicações financeiras tendo como principal a captação ocorrida em outubro de 2025 junto ao BNDES.

## Comentário do Desempenho

### 2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento na Rodovia Presidente Dutra e na BR-101, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

### Obras em andamento no primeiro trimestre de 2026

#### 3.2 - Frente de Ampliação de Capacidade, Melhoria e Manutenção de Nível de Serviço

##### 3.2.1 - Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias

###### 3.2.1.1 - Obras de Ampliação de Capacidade

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) km 143+400 ao km 146+700 Norte/Sul

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) km 146+700 ao km 149+900 Norte/Sul

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) - Alargamento de OAE's km 148+870 ao km 148+917 Sul  
- CTA

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) - Alargamento de OAE's km 148+870 ao km 148+917  
Norte - CTA

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) km 149+900 ao km 150+820 Norte/Sul

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) - Alargamento de OAE's km 150+020 ao km 150+109 Sul  
- VIDOCA

3.2.1.1.A Faixas Adicionais (BR-116/SP) - Alargamento de OAE's km 150+020 ao km 150+109  
Norte - VIDOCA

3.2.1.1.D Nova pista de Subida (BR-116/RJ) km 224+725 ao km 233+725 Sul

3.2.1.1.D Nova pista de Descida (BR-116/RJ) km 224+739 ao km 233+725 Sul

###### 3.2.1.2 - Obras de melhorias

3.2.1.2.A Vias Marginais (BR-116/SP) km 143+400 ao km 146+700 Norte

3.2.1.2.A Vias Marginais (BR-116/SP) km 143+400 ao km 146+700 Sul

3.2.1.2.A Vias Marginais (BR-116/SP) km 146+700 ao km 149+900 Norte

3.2.1.2.A Vias Marginais (BR-116/SP) km 146+700 ao km 149+900 Sul

3.2.1.2.A Vias Marginais (BR-116/SP) km 149+900 ao km 150+820 Norte

3.2.1.2.A Vias Marginais (BR-116/SP) km 149+900 ao km 150+820 Sul

3.2.1.2.M Nova Obra de Arte Especial (BR-116/SP) km 146+060 ao km 146+060 Norte/Sul -  
OVÓIDE

3.2.1.2.M Nova Obra de Arte Especial (BR-116/SP) km 146+060 ao km 146+060 Norte/Sul -  
OVÓIDE

## Comentário do Desempenho

3.2.1.2.M Nova Obra de Arte Especial (BR-116/SP) (Alargamento) km 146+080 ao km 146+080 Norte/Sul - OVÓIDE

3.2.1.2.M Nova Obra de Arte Especial (BR-116/SP) (Alargamento) km 146+090 ao km 146+090 Norte/Sul - OVÓIDE

3.2.1.2.M Nova Obra de Arte Especial (BR-116/SP) km 146+740 ao km 146+740 Norte/Sul - EMBRAER

3.2.1.2.M Nova Obra de Arte Especial (BR-116/SP) km 146+240 ao km 146+240 Norte/Sul - EMBRAER

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S01 (BR-116/RJ) km 218+380 ao km 218+410 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S02 (BR-116/RJ) km 218+770 ao km 218+941 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S03 (BR-116/RJ) km 219+053 ao km 219+163 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S04 (BR-116/RJ) km 219+214 ao km 219+257 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S05 (BR-116/RJ) km 219+378 ao km 219+419 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S06 (BR-116/RJ) km 219+492 ao km 219+701 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S07 (BR-116/RJ) km 219+905 ao km 220+019 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S08 (BR-116/RJ) km 220+359 ao km 220+527 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S09 (BR-116/RJ) km 221+241 ao km 221+531 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S10 (BR-116/RJ) km 222+784 ao km 222+993 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial S12 (BR-116/RJ) km 223+743 ao km 223+993 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D16 (BR-116/RJ) km 219+970 ao km 220+185 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D17 (BR-116/RJ) km 220+420 ao km 220+547 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D18 (BR-116/RJ) km 221+171 ao km 221+428 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D19 (BR-116/RJ) km 222+509 ao km 222+934 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D20 (BR-116/RJ) km 223+164 ao km 223+501 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D21 (BR-116/RJ) km 223+576 ao km 223+820 Sul

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D22 (BR-116/RJ) km 224+233 ao km 224+427 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D23 (BR-116/RJ) km 224+843 ao km 225+037 Norte

3.2.1.2.N Nova Obra de Arte Especial D24 - Retorno PRF (BR-116/RJ) km 225+900 ao km 225+900 Norte

3.2.1.2.P Passarelas (BR-116/SP) km 144+959 ao km 144+959 Norte/Sul - P05 - Petrobrás

### 3.4 - Frente de Serviços Operacionais

#### 3.4.2 – Sistema de Controle de Monitoração de Tráfego

##### 3.4.2.2 - Equipamentos de Detecção e Sensoriamento de Pista

3.4.2.2 Equip. Det. e Sensor Pista (BR-116) Norte/Sul

##### 3.4.2.3 - Sistema de Detecção Automática de Incidentes

3.4.2.3 Sist. Det. Autom. Incidentes (BR-116) Norte/Sul

## Comentário do Desempenho

### 3.4.2.5 - Sistema de Circuito Fechado de TV

3.4.2.5 Sist. Circuito Fechado TV (BR-116) Norte/Sul

### 3.4.2.6 - Sistema de Detecção de Altura (SDA)

3.4.2.6 Sist. Detecção de Altura (BR-116) Norte/Sul

### 3.4.7 – Sistema de Transmissão de Dados

#### 3.4.7.2 - Sistema de Comunicação Wireless ao longo da Rodovia

3.4.7.2 Sist. Comunic. Wireless ao Longo Rod (BR-116/101) Norte

## Obras concluídas no primeiro trimestre de 2026

### 3.2 - Frente de Ampliação de Capacidade, Melhoria e Manutenção de Nível de Serviço

#### 3.2.1 - Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias

##### 3.2.1.1 - Obras de Ampliação de Capacidade

3.2.1.1. A. Implantação de Faixas Adicionais (BR-116) 3ª e 4ª Faixa km 150+820 ao km 158+050 Norte/Sul

##### 3.2.1.2 - Obras de melhorias

3.2.1.2. P. Passarelas (BR-116) km 129+008 ao km 129+008 Norte/Sul - Vão 95 - P01

3.2.1.2. P. Passarelas (BR-116) km 134+380 ao km 134+380 Norte/Sul - Vão 50 - P02

3.2.1.2. P. Passarelas (BR-116) km 140+631 ao km 140+631 Norte/Sul - Vão 95 - P03 Portaria 4 GM

3.2.1.2. P. Passarelas (BR-116) km 142+025 ao km 142+025 Norte/Sul - Vão 95 - P04

3.2.1.2. P Passarelas (BR-116/SP) km 147+648 ao km 147+648 Norte/Sul - P06 – CTA

3.2.1.2. P Passarelas (BR-116/SP) km 149+274 ao km 149+274 Norte/Sul - P07 – Bandeirantes

3.2.1.2. P Passarelas (BR-116/SP) km 150+376 ao km 150+376 Norte/Sul - P08 – Ciro Atacadista

### 3.4 Frente de Serviços Operacionais

#### 3.4.2 Sistema de Controle e Monitoração de Tráfego

3.4.2.10 SMM - Sistema de Monitoramento Meteorológico - 34 Estações Meteorológicas (quantitativo mínimo) Norte/Sul

## Comentário do Desempenho

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de acidentes</b>	<b>1ºT26</b>	<b>1ºT25</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.978	1.919	3,1%
Total de vítimas	1.979	2.017	-1,9%

### 4. Considerações Finais

As informações trimestrais (ITR) da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### 5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no inciso II do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as conclusões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Santa Isabel, 12 de maio de 2026.

A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2026

Para este ITR, houve alteração na unidade de apresentação dos saldos atuais e comparativos, que passaram de milhares de Reais para milhões de Reais.

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs estão expressos em milhões de Reais, arredondados para a respectiva unidade de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, para fins de submissão do formulário ITR no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que exige a inserção padronizada em milhares de Reais, os valores foram alimentados a partir dos saldos finais já arredondados em milhões, multiplicados por 1.000.

#### 1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), bairro Morro Grande, na Cidade de Santa Isabel, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 10 de novembro de 2021, tendo o contrato de concessão assinado em 28 de janeiro de 2022 por um prazo de 30 anos.

A Companhia é responsável pela prestação de serviço de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP), composto por: (i) Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-465 no município de Seropédica (km 214,7), e a divisa RJ/SP (km 339,6); (ii) Rodovia BR-116/SP, entre a divisa RJ/SP (km 0) e o entroncamento com a BR-381/SP-015, Marginal Tietê (km 230,6); (iii) Rodovia BR-101/RJ, entre o entroncamento com a BR-465, no município do Rio de Janeiro (Campo Grande) (km 380,8), e a divisa RJ/SP (km 599); e (iv) Rodovia BR-101/SP - entre a divisa RJ/SP (km 0) e Praia Grande, Ubatuba (km 52,1).

As operações foram iniciadas em 1º de março de 2022.

Neste trimestre findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

## Notas Explicativas

### **Bens reversíveis, opção de renovação do contrato de concessão e direitos de rescindir o contrato**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar de o contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão, inclui o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

### **1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão**

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

## Notas Explicativas

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia da COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de maio de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

## Notas Explicativas

### 3. Políticas contábeis materiais

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
Caixa e bancos	1	9
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	714	581
<b>Total</b>	<b>715</b>	<b>590</b>

  

<b>Aplicações financeiras</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.054</b>	<b>1.301</b>
Aplicações financeiras (a)	949	1.254
Conta reserva (b)	105	47
<b>Total</b>	<b>1.054</b>	<b>1.301</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,47% do CDI, equivalente a 15,15% a.a., em 31 de março de 2026 (102,29% do CDI, equivalente a 14,64% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2025).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa n.º 14).

## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber

#### 7.1. Contas a receber líquidas

	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>	<b>135</b>	<b>130</b>
Contas a receber das operações (a)	135	130
<b>Não circulante</b>	<b>23</b>	<b>22</b>
Contas a receber das operações (a)	23	22
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>152</b>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstos no contrato de concessão.

#### 7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos Títulos	31/03/2026	31/12/2025
Creditos a vencer	158	152
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>152</b>

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	31/03/2026	31/03/2025
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>198</b>	<b>191</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>	<b>(67)</b>	<b>(65)</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1	-
Outros ajustes tributários	(1)	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(67)</b>	<b>(65)</b>
Impostos correntes	(44)	(45)
Impostos diferidos	(23)	(20)
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>-33,84%</b>	<b>-34,03%</b>

## Notas Explicativas

### 8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

<b>Imposto de renda e a contribuição social diferidos</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Ativo</b>	<b>20</b>	<b>16</b>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	7	5
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e COFINS	4	4
Plano de Incentivo de Longo Prazo	2	2
Constituição da provisão de manutenção	4	3
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	2	2
Outros	1	-
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(20)</b>	<b>(16)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>	<b>(154)</b>	<b>(127)</b>
Amortização do custo de transação	(34)	(34)
Capitalização de juros	(118)	(92)
Arrendamento	(2)	(1)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>20</b>	<b>16</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>(134)</b>	<b>(111)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(134)</b>	<b>(111)</b>
<b>Movimentação do imposto diferido</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>(111)</b>	<b>(38)</b>
Reconhecimento no resultado	(23)	(73)
<b>Saldos em 31 de março</b>	<b>(134)</b>	<b>(111)</b>

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

<b>Saldos</b>	<b>31/03/2026</b>			<b>31/12/2025</b>		
	<b>Controladora</b>	<b>Outras partes relacionadas</b>	<b>Total</b>	<b>Controladora</b>	<b>Outras partes relacionadas</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo</b>	-	9	9	-	162	162
Aplicações financeiras	-	-	-	-	153	153
Adiantamentos a fornecedores	-	9	9	-	9	9
<b>Passivo</b>	9	14	23	12	14	26
Fornecedores e contas a pagar	9	14	23	12	14	26

<b>Transações</b>	<b>31/03/2026</b>			<b>31/03/2025</b>		
	<b>Controladora</b>	<b>Outras partes relacionadas</b>	<b>Total</b>	<b>Controladora</b>	<b>Outras partes relacionadas</b>	<b>Total</b>
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	-	-	-	(3)	(3)
Repasses de custos e despesas - CSC (*)	(31)	-	(31)	(35)	-	(35)
Imobilizado / Intangível	-	-	-	-	39	39

(\*) Neste trimestre findo em 31 de março de 2026, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 4 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

## Notas Explicativas

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2026, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 3, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2026, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 1, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

### 10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>2</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>100</b>	<b>312</b>	<b>412</b>
Adições	-	-	-	-	-	190	190
Transferências	1	127	(1)	98	225	(225)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	70	-	-	70	-	70
Depreciação	-	(19)	(12)	(9)	(40)	-	(40)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3</b>	<b>210</b>	<b>21</b>	<b>121</b>	<b>355</b>	<b>277</b>	<b>632</b>
Custo	3	232	45	132	412	277	689
Depreciação acumulada	-	(22)	(24)	(11)	(57)	-	(57)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3</b>	<b>210</b>	<b>21</b>	<b>121</b>	<b>355</b>	<b>277</b>	<b>632</b>
Adições	-	-	-	-	-	53	53
Transferências	-	45	-	17	62	(62)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	3	3
Depreciação	-	(10)	(2)	(4)	(16)	-	(16)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>3</b>	<b>245</b>	<b>19</b>	<b>134</b>	<b>401</b>	<b>271</b>	<b>672</b>
Custo	3	277	45	149	474	271	745
Depreciação acumulada	-	(32)	(26)	(15)	(73)	-	(73)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>3</b>	<b>245</b>	<b>19</b>	<b>134</b>	<b>401</b>	<b>271</b>	<b>672</b>
<b>Taxa média anual de depreciação %</b>							
Em 31 de março de 2026	10	16	24	11			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 41 no trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$ 31 no trimestre findo em 31 de março de 2025). As taxas média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025 foram de 0,61% a.m. e 0,22% a.m., respectivamente.

## Notas Explicativas

## 11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>2.645</b>	<b>1</b>	<b>44</b>	<b>2.690</b>	<b>1.674</b>	<b>4.364</b>
Adições	-	-	45	45	1.683	1.728
Transferências	1.308	11	(11)	1.308	(1.308)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(70)	(70)	-	(70)
Amortização	(77)	(1)	-	(78)	-	(78)
Outros (b)	(129)	-	-	(129)	(50)	(179)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.747</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>3.766</b>	<b>1.999</b>	<b>5.765</b>
Custo	3.972	12	8	3.992	1.999	5.991
Amortização acumulada	(225)	(1)	-	(226)	-	(226)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.747</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>3.766</b>	<b>1.999</b>	<b>5.765</b>
Adições	-	-	2	2	341	343
Transferências	61	3	-	64	(64)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(3)	(3)	-	(3)
Amortização	(26)	(1)	-	(27)	-	(27)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>3.782</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>3.802</b>	<b>2.276</b>	<b>6.078</b>
Custo	4.033	15	7	4.055	2.276	6.331
Amortização acumulada	(251)	(2)	-	(253)	-	(253)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>3.782</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>3.802</b>	<b>2.276</b>	<b>6.078</b>
Taxa média anual de amortização % Em 31 de março de 2026	(a)	20				

- (a) Amortização pela curva de benefício econômico; e  
(b) Ressarcimento recebido do Poder Concedente, referente a sinistro ocorrido na BR-101.

## Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de março de 2026, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	2.259
Obras da BR-116 - Serra das Araras	1.222
Obras da BR-116 - Região Rural de São Paulo	397
Obras da BR-101 - Duplicação	156
1ª intervenção de pavimento	104
Obras de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116	97
Obras da BR-116 - Região Rural do Rio de Janeiro	80
Obras da BR-116 - Região Metropolitana de São Paulo	78
Implantação de passarelas	41
Obras de reforço e alargamento de Obras de Artes Especiais	36
Desocupação da Faixa de Dominio	22
Obras de Edificações	14
Execução de obras e melhorias BR-101	12

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 43 no trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$ 37 no trimestre findo em 31 de março de 2025). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025 foram de 0,61% a.m. e 0,22% a.m., respectivamente.

**Notas Explicativas****12. Fornecedores**

	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>	<b>128</b>	<b>171</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	102	147
Cauções e retenções contratuais (b)	26	24
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>171</b>
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Não circulante</b>	<b>22</b>	<b>22</b>
Cauções e retenções contratuais (b)	22	22
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>22</b>

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

**13. Financiamentos**

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2026	31/12/2025
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	8,6848420% a.a.	9,2597% (a)	Fevereiro de 2047	15	15	370	366 (b) (c) (d)
						<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>						<b>3</b>	<b>3</b>
Financiamentos						4	4
Custos de transação						(1)	(1)
<b>Não circulante</b>						<b>367</b>	<b>363</b>
Financiamentos						381	377
Custos de transação						(14)	(14)
<b>Total</b>						<b>370</b>	<b>366</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

**Garantias:**

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora Motiva.

**Notas Explicativas**

<b>Cronograma de desembolso (não circulante)</b>	<b>31/03/2026</b>
A partir de 2031	381
(-) Custo de transação	(14)
<b>Total</b>	<b>367</b>

Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

**14. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2026	31/12/2025
2ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	4	3	548	530 (b) (c) (d) (e) (f)
2ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	15	15	2.187	2.121 (b) (c) (d) (e) (f)
2ª Emissão - Série 3	IPCA + 6,90% a.a.	6,9691% (a)	Junho de 2047	9	9	1.422	1.376
				<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>4.157</b>	<b>4.027</b>

	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>78</b>	<b>11</b>
Debêntures	79	12
Custos de transação	(1)	(1)
<b>Não circulante</b>	<b>4.079</b>	<b>4.016</b>
Debêntures	4.105	4.042
Custos de transação	(26)	(26)
<b>Total</b>	<b>4.157</b>	<b>4.027</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

**Garantias:**

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (e) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (f) Suporte de capital da Motiva (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*.

<b>Cronograma de desembolso (não circulante)</b>	<b>31/03/2026</b>
A partir de 2031	4.105
(-) Custo de transação	(26)
<b>Total</b>	<b>4.079</b>

## Notas Explicativas

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmado ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

### 15. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

#### 15.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
Constituição	2	-	2
Pagamentos	(1)	-	(1)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>

#### 15.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis e administrativos	7	8
Trabalhistas e previdenciário	4	3
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

## Notas Explicativas

### 16. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	-	<b>9</b>
Constituição	-	2
Transferências	1	(1)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>1</b>	<b>10</b>

Em 31 de março 2026 e 31 de dezembro de 2025, a taxa para o cálculo do valor presente foi de 11,43% a.a..

### 17. Patrimônio Líquido

#### 17.1. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	31/03/2026	31/03/2025
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	131	126
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.034	2.034
<b>Lucro líquido por ação - básico e diluído</b>	<b>0,06440</b>	<b>0,06194</b>

### 18. Receitas operacionais líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receita bruta</b>	<b>601</b>	<b>624</b>
Receitas de pedágio	367	343
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	230	278
Receitas acessórias	4	3
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(33)</b>	<b>(30)</b>
Impostos sobre receitas	(33)	(30)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>568</b>	<b>594</b>

### 19. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(58)</b>	<b>(26)</b>
Juros sobre financiamentos e debêntures	(75)	(43)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(67)	(51)
Capitalização de custo dos empréstimos	84	68
<b>Receitas financeiras</b>	<b>63</b>	<b>28</b>
Ajuste a valor presente - arrendamento	1	1
Rendimento sobre aplicações financeiras	60	26
Juros e outras receitas financeiras	2	1
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

## Notas Explicativas

### 20. Instrumentos financeiros

#### 20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo</b>	<b>Nível</b>	<b>1.927</b>	<b>2.043</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>1.769</b>	<b>1.891</b>
Caixa e bancos	Nível 2	1	9
Aplicações financeiras	Nível 2	1.663	1.835
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	105	47
<b>Custo amortizado</b>		<b>158</b>	<b>152</b>
Contas a receber das operações		158	152
<b>Passivo</b>		<b>(4.717)</b>	<b>(4.618)</b>
<b>Custo amortizado</b>		<b>(4.717)</b>	<b>(4.618)</b>
Debêntures (a)		(4.157)	(4.027)
Financiamentos (a)		(370)	(366)
Fornecedores, obrigações com o Poder Concedente e outras obrigações		(167)	(199)
Contas a pagar a partes relacionadas		(23)	(26)
<b>Total</b>		<b>(2.790)</b>	<b>(2.575)</b>

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

**Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	4.184	3.674	4.054	3.616

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data base.

#### 20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas

## Notas Explicativas

utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### 20.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2027, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ <sup>(5) (6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(4.184)	(465)	(511)	(556)
TJLP	(385)	(50)	(54)	(58)
<b>Efeito sobre financiamentos e debêntures</b>		<b>(515)</b>	<b>(565)</b>	<b>(614)</b>
CDI	3.668	437	545	652
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>437</b>	<b>545</b>	<b>652</b>
<b>Total do efeito líquido de perda</b>		<b>(79)</b>	<b>(20)</b>	<b>38</b>
<b>As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:</b>	CDI <sup>(2)</sup>	14,6500%	18,3125%	21,9750%
	IPC-A <sup>(3)</sup>	4,1400%	5,1750%	6,2100%
	TJLP <sup>(4)</sup>	9,1300%	11,4125%	13,6950%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/03/2026, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Taxa de 31/03/2026, divulgada pelo BNDES;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/03/2026, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e TJLP).

## Notas Explicativas

### 21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### 21.1 Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	31/03/2026	31/12/2025
<b>Compromissos relativos à concessão</b>	13.666	13.907

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

#### 21.2 Recursos vinculados

Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte, da Conta do Trecho Viúva Graça e da Conta do Free Flow para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial;
- (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequenter;
- (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e
- (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 4,64% (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do Free Flow de São Paulo e do Trecho Viúva Graça, ao longo de todo o prazo de concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) a arrecadação da Conta do Free Flow, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano e 65% (sessenta e cinco por cento) da arrecadação da Conta do Trecho Viúva Graça, auferida por meio da cobrança no Trecho Viúva Graça, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a conta de Livre Movimentação.

Adicionalmente, até que ocorra a reclassificação tarifária relativa à entrega das obras da Serra das Araras e à entrega das obras da BR-101, será destinado à Conta de Ajuste o valor adicional correspondente a 2%

## Notas Explicativas

(dois por cento) da Receita Bruta, sendo 1% (um por cento) para cada um dos itens mencionados, com exceção das receitas do Free Flow de São Paulo e Trecho Viúva Graça.

<b>Recursos Vinculados</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
Saldo no início do exercício	1.789	1.707
Constituição	31	99
Reequilíbrio Isenções	-	(20)
Reequilíbrio Cautelar	-	(161)
Reembolso DUF ANTT	(9)	(36)
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido de IRRF e IOF)	52	200
<b>Saldo no final do período</b>	<b>1.864</b>	<b>1.789</b>

## 22. Demonstração do fluxo de caixa

### 22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(89)</b>	<b>86</b>
Tributos a recuperar	-	(3)
Fornecedores	(89)	89
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>89</b>	<b>(86)</b>
Aquisições ao ativo intangível	89	(89)
Outros de ativo intangível	-	3
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento de capital	-	225
Juros sobre capital próprio	-	(225)

### 22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	<b>Financiamentos</b>	<b>Debêntures</b>	<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(366)</b>	<b>(4.027)</b>	<b>(1)</b>	<b>(4.394)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>
Pagamentos de juros	8	-	-	8
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>(12)</b>	<b>(130)</b>	<b>-</b>	<b>(142)</b>
Despesas com juros e variação monetária	(12)	(130)	-	(142)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>(370)</b>	<b>(4.157)</b>	<b>(1)</b>	<b>(4.528)</b>

## Notas Explicativas

### 23. Eventos subsequentes

Em 29 de abril de 2026, houve a aprovação do aumento de capital social no valor de R\$ 6, sem a emissão de novas ações ordinárias, o qual já foi totalmente integralizado por sua única acionista Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A..

\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A.  
Santa Isabel - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa  
Contador CRC 1SP235639/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Santa Isabel/SP, 12 de maio de 2026.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO  
Diretora Presidente e Diretora de Relações com os Investidores

GUILHERME MOTTA GOMES  
Diretor

ANGELO LUIZ LODI  
Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Santa Isabel/SP, 12 de maio de 2026.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO  
Diretora Presidente e Diretora de Relações com os Investidores

GUILHERME MOTTA GOMES  
Diretor

ANGELO LUIZ LODI  
Diretor